

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Têm vindo a público relatos sobre fugas de efluentes para a via pública provenientes da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico situada em Eirol, no concelho de Aveiro, gerida pela ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro SA, do grupo EGF. As fugas mais recentes aconteceram no dia 3 de março de 2021, perto de habitações na rua do Cabeço, no lugar da Horta.

A Unidade de Tratamento Mecânico Biológico de Eirol processa resíduos de 16 municípios, pelo que uma eventual fuga de efluentes poluentes provenientes dos processos de tratamento de lixo acarreta riscos para o ambiente e para a saúde humana. As descargas irregulares de efluentes em caminhos e ruas podem ainda provocar danos em infraestruturas públicas e habitações.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda exige que a situação seja clarificada e que as entidades competentes tomem as diligências necessárias para conter as fugas e identificar a origem dos efluentes vertidos na via pública. Importa ainda apurar todas as responsabilidades sobre eventuais danos provocados no ambiente, na saúde humana, em habitações e em infraestruturas públicas.

Os impactes desta unidade do sector dos resíduos têm sido recorrentes, nomeadamente os maus-cheios, águas e descargas poluentes, e a profusão de mosquitos pelo que importa garantir medidas de correção para assegurar a qualidade de vida das populações.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O Ministério tem conhecimento da situação aqui exposta?
2. Confirma o Ministério que as fugas de efluentes têm origem na Unidade de Tratamento Mecânico Biológico situada em Eirol?
  - 2.1 Em caso afirmativo, que diligências vai o Ministério tomar, nomeadamente junto das entidades competentes, para que as irregularidades sejam corrigidas?

- 2.2 Foram identificados danos no ambiente e/ou na saúde humana?
- 2.3 Foram registados danos na via pública e/ou em habitações?
- 2.4 Foram apuradas as responsabilidades sobre o sucedido?
- 3. Que medidas vai o Ministério adotar para evitar que se repitam situações semelhantes nas localidades afetadas?

Palácio de São Bento, 5 de março de 2021

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)